

**Eixo-temático: Avaliação e Gestão Educacional**

**PERCURSO HISTÓRICO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DE SÃO PAULO – SARESP- E AS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA**

**Uillians Eduardo dos SANTOS – Unesp Marília (ues0709@hotmail.com)  
Cláudia Pereira de Pádua SABIA– Unesp Marília (fsabia@uol.com.br)**

**Resumo:** O atual cenário da avaliação em nosso país tem suscitado vários debates entre especialistas, educadores e gestores com o objetivo de se buscar resultados que possam nortear as políticas públicas em educação. Este trabalho objetiva identificar a trajetória de implantação do SARESP e analisar suas possíveis repercussões na orientação da organização do trabalho pedagógico. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental. Apresentamos o percurso histórico do SARESP ao longo de suas edições, na sequência, discutimos as influências que as avaliações externas exercem sobre a prática docente e, por fim abordamos as principais implicações dessa avaliação no trabalho pedagógico em sala de aula. Consideramos que os professores têm focado seu trabalho docente na avaliação do SARESP, distanciando-se cada vez mais da função social da escola e deixando de lado momentos de reflexão-ação acerca dos processos avaliativos externos. Os resultados do estudo indicam o treinamento dos alunos para realização das provas, a perda da autonomia do professor em sala de aula, o foco em componentes curriculares que são cobrados nas avaliações em detrimento de outros necessários para a formação integral dos alunos.

**Palavras-chave:** Avaliações Externas,SARESP, Trabalho pedagógico em sala de aula.

### **Introdução**

A constituição de um sistema nacional de avaliação vem sendo buscada desde a década de 1980, com forte influência dos organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, e o Banco Mundial, sendo esses impulsionadores externos das reformas educacionais, entre elas, as avaliações externas. Bonamino (2002) explica o contexto de desenvolvimento da avaliação de sistemas no Brasil:

No final dos anos 80, o reconhecimento da inexistência de estudos que mostrassem mais claramente o atendimento educacional oferecido à população e seu peso sobre o desempenho dos alunos dentro do sistema escolar conduziu as primeiras experiências de avaliação de primeiro grau. Já nos anos 90, o sistema de avaliação da educação básica passa a inserir-se em um conjunto mais complexo de inter-relações, em cujo interior operam o aprofundamento das políticas de descentralização administrativa, financeira e pedagógica da educação, um novo aparato legal e uma série de reformas curriculares. (BONAMINO, 2002, p.15-16).

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

Torres (2001) destaca como esse processo foi viabilizado e a ênfase dada pelo Estado às avaliações externas, afirmando que

a uniformização da política educativa em escala global está vinculada ao crescente peso dos organismos internacionais no projeto e na execução da política educativa nos países em desenvolvimento. Isso vale particularmente para o Banco Mundial, o sócio mais forte da Educação para Todos, que liderou o cenário educativo na década de 1990. [...] O pacote de reforma educativa recomendado aos países em desenvolvimento, principalmente para a reforma da educação primária, inclui, entre outras medidas, ênfase na avaliação do rendimento escolar e na implantação de sistemas nacionais de avaliação de resultados. (TORRES, 2001, p.79-80)

Em consonância com determinações dos organismos internacionais, a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996), instituiu sistema nacional de avaliação em detrimento do investimento em um sistema nacional de educação, reafirmando o papel da avaliação externa, como podemos observar no que se segue:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. [...] § 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: [...] IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar (BRASIL, 1996).

Frente ao exposto, observa-se que o Banco orienta a constituição de sistemas de avaliação fortemente centralizados, remetendo ao governo central a tarefa de fiscalização e proposição de aprimoramentos administrativos e curriculares, com o envolvimento das instâncias locais.

Diante do contexto apresentado, consideramos que a influência e as consequências das avaliações externas, em especial no nosso estudo, o SARESP, sobre a escola e o trabalho pedagógico deve ser objeto de reflexão e investigação no sentido de identificar se a tão anunciada melhora apresentada pelos índices de desempenho escolar não está comprometendo ainda mais a aprendizagem dos alunos da rede pública estadual. Pensando nisso, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, fazemos num primeiro momento um recorte na literatura para contextualizarmos o SARESP, apresentando o percurso histórico e as modificações ao longo de suas edições. Em seguida, realizamos uma breve discussão das influências que as avaliações externas exercem sobre a prática docente e, por fim discutiremos as principais implicações dessa avaliação no trabalho pedagógico em sala de aula. Vale ressaltar, que esse texto é um recorte da pesquisa de iniciação científica intitulada: Sistema de Avaliação do

SANTOS, U.E., SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP: implicações e consequências no trabalho pedagógico em sala de aula que se encontra em andamento.

### **Saresp: o histórico, pressupostos e concepções ao longo de suas edições**

O SARESP foi criado em 1996, por meio da Resolução SE nº 27, de 29 de Março de 1996. Na época foi instituído como avaliação que visava:

- Subsidiar a Secretaria de Educação na tomada de decisão quanto à política educacional;
- Verificar o desempenho dos alunos da educação básica para fornecer informações a todas as instâncias do sistema de ensino que subsidiem a capacitação dos recursos humanos do magistério; a reorientação da proposta pedagógica das escolas, de modo a aprimorá-la; a viabilização da articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada escola. (BONAMINO, SOUSA, 2012, p. 380 apud SÃO PAULO, 1996).

As autoras complementam sua análise sobre o SARESP, afirmando que

os objetivos explicitados indicam que a avaliação tinha dupla orientação: servir de referência para a elaboração de políticas, por parte da Secretaria de Educação, e orientar a construção da proposta pedagógica e a elaboração do planejamento pelas escolas. (BONAMINO e SOUSA, 2012, p.380).

Entretanto, após mais de uma década de aplicações consecutivas do SARESP, Bauer (2006), destaca que as ações de subsídio ao trabalho desenvolvido na sala de aula haviam sido relegadas a segundo plano em nome da ênfase ao controle do sistema por meio dos dados levantados.

Consideramos que tais alterações, vão trazer interferências, que podem ser apontadas como um dos motivos desta ênfase ao controle do sistema, em oposição às ações de subsídio ao trabalho docente.

Diante disso, focalizamos alguns pontos relevantes durante o percurso histórico que tal avaliação apresentou. Para isso, baseamos principalmente, nos estudos de Paulo Henrique Arcas (2009) e Lilian Rose S. Carvalho Freire (2008).

A primeira fase do SARESP, que compreendeu as aplicações de 1996 a 1998, apresentou características de avaliação de entrada, porque suas aplicações ocorriam no início do ano letivo, com o intuito de oferecer informações relevantes ao desempenho dos alunos no ano anterior. Já a partir do ano 2000, o SARESP mudou seu foco para uma avaliação de saída, com a “finalidade de verificar habilidades e competências adquiridas pelos alunos”, como salienta o informe do SARESP de 2003. Outro ponto, é que o SARESP, enquanto estrutura, incluía de forma clara a participação das equipes escolares na avaliação, não só como forma de poder viabilizar a aplicação e correção

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação d4 Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

das provas, mas de envolver professores, coordenadores e diretores na análise dos dados, na reflexão dos resultados obtidos e na elaboração de propostas a partir desses resultados analisados. Para Calderón e Oliveira Junior (2012, p.64), esse sistema de avaliação se colocou como política educacional capaz de contribuir para uma nova cultura de avaliação no ensino de São Paulo, em busca de melhoria da qualidade educacional, no contexto, em ampla ascensão, da avaliação em larga escala no Brasil na década de 1990.

Em 2000, o questionário destinado a gestão escolar passou a ser respondido pelo diretor e pelo professor coordenador, ocorrendo também à inclusão de um questionário que se destinava ao supervisor de ensino. A partir desse ano a avaliação passou a ser aplicada no final do ano, diferentemente do que vinha ocorrendo até o momento.

No ano de 2001 houve uma mudança na forma de como a avaliação vinha ocorrendo. De acordo com a Resolução SE nº 124, de 13 de novembro de 2001, o SARESP ocorria nas séries finais dos ciclos I e II, portanto, o público alvo eram alunos concluintes das 4ª e 8ª séries. Ainda, de acordo com a Res.124/2001, os alunos iriam realizar “atividades de Língua Portuguesa com vistas à avaliação das competências e habilidades básicas previstas para o término desses ciclos”. Com isso, temos um novo objetivo para o SARESP: “ aferir, junto aos alunos, as condições para a continuidade de seus estudos no Ciclo II ou no Ensino Médio, uma vez que seus resultados se constituirão em indicador essencial para a promoção do aluno”. (Art.2º, Res. Nº 124/2001). Esse momento é marcado por um novo paradigma da avaliação ainda não visto desde sua implantação. Esse ano foi marcado também pela classificação das escolas em cores, simbolizando as escolas de acordo com os seus méritos. Logo, “a atuação do SARESP em 2001 recebeu críticas severas, principalmente de professores, primeiro por favorecer uma avaliação classificatória e punitiva, depois, por fomentar um ambiente de competição entre as escolas mediante a afixação de cores na porta das unidades escolares para revelar a condição relacionada ao desempenho de alunos e professores”. (CALDERÓN, OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p.6).Essa edição do SARESP ficou negativamente marcada por utilizar seus resultados para a reprovação de alunos.Hernandes (2003) entende que, com a ação de reprovar alunos nessa edição,

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação d5 Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

conforme seus critérios, o SARESP, despreza a avaliação do professor em sala e interfere de forma aguda na autonomia da escola, o que consideramos como uma implicação equivocada para o trabalho pedagógico em sala de aula.

Quando em abril de 2002, sai Teresa Roserley Neubauer, da Secretaria de Educação, depois de quase sete anos no comando, e entra Gabriel Chalita, há uma nova alteração no SARESP. No final do ano o SARESP ocorreria nos moldes do ano anterior, entretanto, o resultado não foi utilizado para definir a continuidade dos estudos dos alunos avaliados. Em 2003, o SARESP passa a ser censitário para todas as escolas e alunos da Educação Básica. Todos os alunos dos Ensinos Fundamental e Médio foram submetidos à aplicação do SARESP. No ano seguinte o SARESP manteria a mesma estrutura e características de 2003.

No ano de 2005, mantem os mesmos moldes dos anos anteriores (2003 e 2004), tendo como novidade a introdução de uma prova de Matemática. Lembramos que a última vez que esse componente curricular havia sido avaliado no SARESP foi no ano de 2000. Outra novidade no SARESP de 2005 foi o mesmo ocorrer em dois dias, sendo distribuído entre eles as provas de Leitura e Escrita, Matemática e Redação.

Em 2006, com a mudança na gestão do estado, devido ao afastamento do então governador Geraldo Alckmin, para candidatar-se a presidência da República, assume o vice-governador Claudio Lembo e com ele Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos substituindo Gabriel Chalita na Secretaria da Educação. E assim, a nova secretária anuncia a suspensão do SARESP naquele ano, alegando a necessidade de analisar os resultados e rever o modo como a avaliação vinha sendo desenvolvida.

A avaliação de 2007, de acordo com a SEE-SP, trouxe inovações “corajosas”, dentre elas a que o SARESP estaria acompanhando a escala do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. A partir deste ano, seria possível a comparação entre os resultados de ambas as avaliações, porque a escala do SARESP estaria dentro dos mesmos parâmetros e critérios definidos da avaliação nacional, SAEB. As avaliações do SARESP deveriam orientar e dar sustentação ao plano de metas da SEE-SP: “O SARESP ganha uma importância muito maior neste ano do que nos anos anteriores, porque a partir de agora o SARESP é o norte, o termômetro principal para a implantação de nosso plano de metas”. (SEE-SP, 2007)

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

Nesse ano, José Serra anunciou, conforme Ribeiro (2008), o alinhamento das ações educacionais em São Paulo às orientações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal. Dessa forma, o SARESP começou a passar por importantes mudanças teóricas e metodológicas, com o objetivo de acomodar-se tecnicamente às características de um sistema de avaliação em larga escala. Houve uma adequação, visando à convergência das habilidades e competências avaliadas no SARESP às competências e habilidades do Saeb/Prova Brasil (SÃO PAULO, 2009).

Neste contexto de mudanças do SARESP, a secretária da Educação, Maria Helena Guimarães Castro, e o Governador do Estado, José Serra, anunciaram o Plano de Metas, que segundo Bonamino e Sousa (2012, p.381) “evidenciou-se a importância que a avaliação em larga escala assumiria para essa gestão”. A 5ª meta estabelecida no Planoprevia um aumento de 10% nos índices de desempenho dos ensinos fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais. Ao estabelecer essa meta, a Secretária indica a continuidade do SARESP, e, dentre as 10 Metas para uma Escola Melhor, duas enfatizavam o papel da avaliação em larga escala no desenvolvimento da política educacional paulista.

**Meta 8 - Sistemas de Avaliação:**

- A avaliação externa das escolas estaduais (obrigatória) e municipais (por adesão) permitirá a comparação dos resultados do SARESP com as avaliações nacionais (SAEB e a Prova Brasil), e servirá como critério de acompanhamento das metas a serem atingidas pelas escolas.
- Participação de toda a rede na Prova Brasil (novembro de 2007).
- Capacitação dos professores para o uso dos resultados do SARESP no planejamento pedagógico das escolas em fevereiro de 2008.
- Divulgação dos resultados do SARESP 2007 para todas as escolas, professores, pais e alunos em março de 2008.

**Meta 9 - Gestão de Resultados e Política de Incentivos:**

- Implantação de incentivos à boa gestão escolar valorizando as equipes.
- O SARESP 2005 e as taxas de aprovação em 2006 serão a base das metas estabelecidas por escola.
- Também serão considerados indicadores como a assiduidade dos professores e a estabilidade das equipes nas escolas.
- Cada escola terá metas definidas a partir da sua realidade, e terá que melhorar em relação a ela mesma.
- As escolas com desempenho insuficiente terão apoio pedagógico intensivo e receberão incentivos especiais para melhorarem seu resultado.
- As equipes escolares que cumprirem as metas ganharão incentivos na remuneração dos profissionais. (BONAMINO, SOUSA, 2012,p,381 apud SEE-SP, 2012).

Após enfatizarmos o papel da avaliação de larga escala para a Secretaria Estadual neste governo, retomamos as mudanças no SARESP. Em 2008, houve a inclusão das disciplinas de Ciências, para o Ensino Fundamental, e Biologia, Física e

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação d7 Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

Química para o Ensino Médio. Já em 2009, a inclusão de Ciências Humanas (História e Geografia) e ficaram de fora Ciências e Ciências da Natureza. Em 2010, uma nova inversão nas disciplinas avaliadas, sai Ciências Humanas e entra Ciências e Ciências da Natureza. Em 2011, volta a ocorrer a aplicação idêntica ao ano de 2009, com uma diferença: a aplicação da redação passa ser representativa de 10% ao conjunto de alunos, excetuando o 3º ano. Em 2012, repete as disciplinas avaliadas no ano de 2010 e a redação representativa.

A partir de 2013 e tendo em vista o compromisso da SEE/SP de alfabetização dos alunos aos sete anos de idade, os estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental também participaram do SARESP, sendo avaliados em Língua Portuguesa (Linguagens) e Matemática, nos mesmos moldes do 3º ano do Ensino Fundamental, ficando assim as disciplinas de Ciências Humanas, voltada aos alunos do 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º série do Ensino Médio.

Conforme apresentamos, o SARESP, desde sua implantação em 1996, sofreu várias alterações ao longo de suas edições. Para sintetizar estas alterações, nos baseamos em Ribeiro (2008). Para ela, é possível dividir essas alterações em três momentos distintos, do seu início até a configuração que esboça atualmente.

O primeiro momento, mais curto, vai de 1996 a 1998, quando a avaliação foi aplicada no início do ano, com caráter diagnóstico, censitária em termos de escola e amostral em termos de componentes curriculares. A finalidade era verificar os fatores que influenciavam na aprendizagem dos alunos. No segundo momento, do ano de 2000 ao ano de 2005, a avaliação passou a ser aplicada no final do ano letivo e conservou as características iniciais de sua implantação, com algumas alterações. Em 2002 o SARESP teve características amostrais em termos de alunos, ao passo que, de 2003 a 2005, foi censitária em termos de escolas, alunos, séries e períodos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O terceiro momento é constituído pelo ano de 2007 quando o SARESP sofre várias modificações para torná-lo mais adequado tecnicamente às características de um sistema de avaliação de larga escala, permitindo o acompanhamento dos resultados dos alunos ao longo dos anos. Alguns destes ajustes foram: a inclusão de itens pré-testados, no sentido de ajustar a qualidade métrica da prova; a adequação das habilidades e competências avaliadas àquelas solicitadas no SAEB/Prova Brasil, com a finalidade de comparar os resultados estaduais com os

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação d8 Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

obtidos pelos alunos em nível federal; e a padronização dos seus resultados na mesma escala utilizada para o SAEB.

Todas estas mudanças só foram implementadas totalmente em 2008, quando a secretária de educação Maria Helena Guimarães Castro, anunciava a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação no Estado de São Paulo (IDESP), demonstrando a importância do SARESP para o cálculo do índice e para o pagamento do bônus aos profissionais da educação. Portanto, consideramos que os direcionamentos e objetivos do SARESP acabam por desencadear algumas implicações já mencionadas anteriormente e que serão comprovadas ou não em nossa pesquisa.

Concordamos com Arcas (2009), de que atualmente, ampliam-se as iniciativas do Ministério da Educação e dos sistemas de ensino estaduais em estimular o uso dos resultados obtidos nas avaliações externas, sistematizando metas e/ou estabelecendo a meritocracia e a bonificação como forma de valorizar os profissionais da educação, como acontece com o SARESP e o IDESP no estado de São Paulo.

### **Saresp e avaliações externas: influências para a prática docente**

Sabemos que hoje é comum encontrarmos nos sistemas educacionais materiais distribuídos aos professores apontando que conhecimentos e habilidades devem ser enfatizados e valorizados para serem ensinados e, posteriormente, avaliados por exames externos.

Tais materiais seguem as matrizes de referência do SAEB e da Prova Brasil, que possuem como principal justificativa para sua elaboração a necessidade de se estabelecer

[...] provas a partir de parâmetros consensuais, sejam estes advindos da reflexão teórica sobre a estrutura da ciência e sua correspondente adequação às estruturas de conhecimento, sejam advindos de uma consulta nacional sobre os conteúdos praticados e indicados pelas escolas brasileiras. (ORTIGÃO; SZTAJN, 2001, p.76)

As provas reforçam a homogeneização das práticas curriculares e estabelecem as formas de como os professores devem ensinar e o que os alunos devem aprender, tendo como principal função a classificação de desempenhos nas competências e habilidades determinadas como primordiais e básicas.

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

Como bem nos sinaliza Bonamino e Sousa (2012), a análise do currículo oficial e das matrizes do SARESP revela a correspondência entre o currículo, as matrizes e os materiais didáticos disponibilizados para professores (desde 2008) e para alunos (desde 2009), denominado caderno do professor e do aluno. Esses materiais apresentam situações de aprendizagem que visam orientar e apoiar, a partir do currículo, o trabalho docente em sala de aula.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que estas políticas educacionais elaboradas por instâncias governamentais têm seguido as orientações de organismos financeiros internacionais, entre elas, está a necessidade de estabelecer metas avaliativas dos seus resultados, como nos preconiza o PDE (2007), por meio do decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, ao criar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que acabou por influenciar na criação do Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo, o IDESP.

Este processo vem provocando sucessivas reformas educacionais orientadas pela lógica da demanda mercadológica. Essa lógica tem se estabelecido tanto na elaboração de políticas curriculares nacionais como na gestão escolar, desencadeando crescentes formas de controle sobre o trabalho docente, capazes de controlar cada docente e sua prática. Assim, entendemos que a política avaliativa proposta para todos os níveis educacionais, e em particular para a Educação Básica, tem se revelado como um forte dispositivo de controle curricular, com a intenção de estabelecer o controle dos saberes desenvolvidos em sala de aula, como bem nos sinaliza Barreiros (2002, p.5) de “que na verdade existe uma perda quase integral da autonomia do professor, devido os inúmeros mecanismos instituídos para direcionar o ensino aos processos avaliativos”.

Concordamos com Barreiros (2002), que ao analisar as avaliações externas, afirma que elas têm influenciado a gestão escolar, o currículo escolar e toda a dinâmica da escola,

com a expansão da massa de avaliações desenvolve-se o receio de repercussão dos resultados decorrentes do processo avaliativo, que define novos currículos, o orçamento das escolas, formação e salários dos professores. Isto é, escola com baixo desempenho, menor gratificação, e, conseqüentemente, faz com que professores se vejam pressionados ao uso de parâmetros e diretrizes curriculares, de forma a garantir o aprendizado dos conteúdos básicos cobrados nas avaliações, já que se cobra dos professores e das escolas a eficácia dos recursos que neles são investidos. Cobra-se dos alunos as competências e habilidades nos resultados dos exames para garantir um nível de qualidade satisfatório comparado às políticas internacionais, assim como

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

também cobra-se uma política eficaz de parte do governo para diminuição das iniquidades existentes. (BARREIROS, 2002, p.5)

Consideramos que as avaliações externas deveriam ser utilizadas para orientar o trabalho do professor e sua prática docente, num processo de ação-reflexão-ação. De acordo com Oliveira (2011, p. 137), as avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais com o objetivo de produzir informações para os gestores de redes educacionais “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação”. Para Gatti (2014, p. 21) “olhando o modelo utilizado universalmente nessas avaliações e a escala utilizada, há pouca informação que possa alimentar e orientar processos de ensino”.

Assim, concordamos com Oliveira (2011) que é preciso que “as comunicações de resultados das avaliações com foco na escola devem promover uma articulação com o trabalho pedagógico escolar de maneira a aprimorá-lo” (OLIVEIRA, 2011, p. 137), e não reduzi-lo a mera execução de tarefas predeterminadas pelas instâncias superiores.

### **SARESP: implicações em sala de aula.**

Frente à discussão realizada até o momento, observamos que as avaliações externas, no nosso caso o SARESP, ao incitar a competição entre as unidades escolares, professores e alunos trarão consequências preocupantes e equivocadas para o trabalho pedagógico, conforme as pesquisas já realizadas apontam.

Conforme Bauer (2006, p.156) os resultados do SARESP “têm sido pouco utilizados para propiciar uma reflexão coletiva e formativa, que auxilie os professores no dia-a-dia em sala de aula”. Sendo muito mais utilizado para “premiar, punir e classificar, dificultando a reflexão coletiva e formativa nas escolas” (CÁLDERON, OLIVEIRA JUNIOR, 2013, p. 76).

Como nos aponta Scheneider (2013), os resultados destes testes estão sendo utilizados pelos docentes para

[...] planejar suas aulas, avaliar a sua prática pedagógica, rever conteúdos, preparar suas próprias avaliações e, até mesmo, realizar atividades de treinamento com os alunos. Indagado acerca da finalidade da utilização dos exames em sala de aula, um professor assume “Utilizo as provas como atividade diferenciada, mas umas questões apenas e não uma sequência de questões” (Professor de 2ª série dos anos iniciais), no intuito de minimizar a intenção de fabricação dos resultados das provas. (SCHENEIDER, 2013, P.27)

Posição semelhante, obtemos de Bonfim (2009), ao afirmar que

o conhecimento a ser ensinado na educação básica está traduzido em competências, nos PCNs, assim como o que será avaliado pelo SAEB, Prova Brasil e ENEM, (...). Além disso, a força da “pedagogia de resultados” e do atrelamento das ações ao IDEB tem levado as redes de ensino a promover simulados para o ENEM, Prova Brasil, numa inversão completa do sentido democrático da avaliação. (BONFIM, 2009, p.23)

Os autores Carneiro, Assunção e Barros (2012) vêm concordar com os demais autores citados, analisando que

estes profissionais se veem constantemente em conflito entre a tão propalada autonomia docente e a pressão imposta pela cultura dos resultados, manifesta nas avaliações externas que constituem forte mecanismo de controle sobre o trabalho docente, inclusive incorrendo na sua desqualificação à medida que os professores não mais decidem sobre questões importantes de seu trabalho, como a definição dos conteúdos, por exemplo; ao contrário, passam a “ensinar” numa perspectiva estandarizada, padronizada, focada na realização dos testes e na obtenção dos resultados em detrimento, muitas vezes, da valorização do próprio processo ensino-aprendizagem. (CARNEIRO, ASSUNÇÃO, BARROS, 2012, p.121)

Schneider (2013) ainda avalia que a implementação dos exames padronizados, pelo Estado, é articulada por um conjunto de orientações tanto para docentes como para os gestores

[...] com a finalidade de alinhar as suas ações às expectativas das avaliações. Além disso, são disponibilizados aos docentes simulados para a Provinha Brasil, a Prova Brasil e o Enem os quais vêm servindo de importante ferramenta para o trabalho em sala de aula. (SCHNEIDER, 2013, p.27)

Na mesma direção, Arcas (2009) identifica que, a partir dos resultados do SARESP, os professores de uma escola orientam os planos de ensino, adotando o modelo dessa avaliação no ambiente escolar em atenção e atendimento a seus conteúdos, “chegando ao requinte de aplicarem provas seguindo os mesmos procedimentos do dia do SARESP, pois dessa forma os alunos estarão mais bem preparados para responderem a prova” (ARCAS, 2009, p. 160).

Alves (2011) em sua pesquisa de mestrado analisou algumas táticas docentes em relação ao SARESP, dentre elas, ele destaca a aplicações de simulados, no sentido de preparar os alunos para essa avaliação, objetivando a melhora dos resultados. Clemente (2011) identifica indícios de que os resultados do SARESP provocam mudanças na prática curricular nas unidades curriculares, por meio de treinamentos para resolução de questões dessa avaliação objetivando melhoria dos resultados.

Conforme Calderón e Oliveira Junior (2013), esse treinamento dos alunos ocorre em atenção aos conteúdos e resultados da avaliação, bem como à política de bonificação. Rodrigues (2011) entende que a atual política educacional paulista

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação **12** Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

relacionada ao SARESP e seus resultados, envolvendo controle e responsabilização meritocráticos, “cria um descompromisso com o currículo em vista de um treinamento dos alunos para os exames, reduzindo a aprendizagem efetiva a critérios superficiais de atendimento à avaliação” (RODRIGUES, 2011, p. 73). Pinto (2011) relata que, em função da política de bonificação, ocorrem orientações aos professores no sentido do treinamento dos alunos para as questões das provas do SARESP, e quando os resultados não são os esperados, a prática docente fica permeada por sentimentos de fracasso e culpa. Para Rodrigues (2011, p.76), “a avaliação, como vem sendo utilizada pelo Estado, tem servido o engessamento do currículo e controle excessivo da escola, determinando os conteúdos que devem ser ensinados e aprendidos, pelos quais serão avaliados no SARESP”.

Diante dos pontos que levantamos nessa discussão acerca das implicações do SARESP para o trabalho pedagógico em sala de aula, devemos considerar alguns pontos. Primeiro concordamos com Freitas (2007) que esse tipo de avaliação, seguindo a lógica neoliberal do sistema capitalista, acaba sendo fator constituinte de uma política de responsabilização, na qual o Estado se rescinde de qualquer responsabilidade pelo ensino de má qualidade, transferindo-a para as instituições. Logo, para o autor, as avaliações externas ou de larga escala, em curso no Brasil, seriam uma ferramenta das políticas públicas neoliberais para responsabilizarem a escola e seus profissionais pelos resultados educacionais alcançados. Segundo, essas avaliações se tornaram eixo central das ações políticas educacionais, que vincula uma série de financiamentos de programas aos resultados destas. Terceiro, sua vinculação está diretamente relacionada às pressões de organismos internacionais. (GATTI, 2014, p.20). Por fim, o que mais se discute e o que parece mais preocupante, a utilização dos resultados dessas avaliações, assim como sua divulgação para classificarem, ranquearem, premiarem unidades escolares, profissionais da educação e até alunos, como observamos ao analisarmos o histórico do SARESP no estado de São Paulo, e que é apontado por Gatti (2014), ao afirmar que

não se levanta a questão relevante sobre a contribuição pedagógica para as escolas, e também não se faz considerações sobre a perda de informações educacionais importantes, como, por exemplo, a análise dos erros em uma perspectiva curricular, que muito informam sobre caminhos cognitivos e contribuem para planejamento pedagógicos. (GATTI, 2014, p. 23).

Assim, consideramos que tanto o SARESP, como as demais avaliações externas carecem de discussões que não levem em consideração somente os aspectos quantitativos, mas que considerem em especial, os aspectos pedagógicos, e que possamos pensar em contribuições coerentes principalmente para o trabalho pedagógico em sala de aula, como afirma Gatti (2014, p. 23) em estudo recente: “Poderíamos pensar menos em comparações e pensar mais em contribuições”.

## **Conclusão**

O SARESP desde sua implantação em 1996, passou por inúmeras modificações que trouxeram consequências e implicações para a dinâmica das unidades escolares e principalmente para o trabalho pedagógico em sala de aula.

Após as discussões realizadas podemos ressaltar alguns pontos. O SARESP em vários momentos mudou sua orientação inicial de subsídio a Secretaria de Educação na tomada de decisão quanto à política educacional e em especial na orientação da proposta pedagógica das unidades da rede. Quando analisamos a edição de 2001, nos deparamos com a maior problemática do SARESP. A reprovação equivocada de vários alunos que apresentavam bons desempenhos em sala de aula e em contrapartida a aprovação de outros que tinham rendimentos insatisfatórios para a continuidade nos estudos, por meio de um único componente curricular, a nosso ver se configura numa implicação diretamente relacionada à prática pedagógica em sala de aula, uma vez que desconsiderou todo o trabalho docente realizado naquele ano pelos professores.

Outro ponto que analisamos é as características dessa avaliação. Nas primeiras edições as aplicações ocorriam no início do ano letivo, com o intuito de oferecer informações relevantes ao desempenho dos alunos referente ao ano anterior, configurando-se como avaliação de entrada. Já a partir da edição de 2000 sua configuração muda para a avaliação de saída, pois as aplicações passam a serem realizadas ao fim do ano letivo. Assim, deixa de ser uma avaliação diagnóstica cuja intenção é programar adequadamente o trabalho pedagógico para uma avaliação somativa que ocorre no final do processo cuja intenção é a classificação.

Mas é a partir da edição 2008, que consideramos que as implicações e consequências para o trabalho pedagógico em sala de aula são ampliadas, em especial, pelo fato, de levar em consideração os índices obtidos nas avaliações do SARESP para

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação **14** Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

composição e pagamento (ou não) de bônus para os profissionais da educação. As principais implicações encontradas nas pesquisas já realizadas estão: o treinamento dos alunos para realizarem as provas, a perda da autonomia do professor em sala de aula, o foco em componentes curriculares que são cobrados nas avaliações em detrimento a outros de grande importância para a formação integral dos alunos.

## Referências

- ALVES, C. A. C. **Táticas docentes frente aos efeitos do SARESP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2011.
- ARCAS, Paulo Henrique. **Implicações da progressão continuada e do SARESP na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendências**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BARREIROS, D. **As Matrizes de Referência (MCR) para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): O caráter disciplinador e a perda da Autonomia...** 25º Reunião da ANPED, GT 12, 2002. Disponível em [www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/deboraraquelalvesbarreirost12.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/deboraraquelalvesbarreirost12.rtf). Acesso em 20 de fevereiro de 2012.
- BAUER, A. **Usos dos resultados do SARESP: o papel da avaliação nas políticas de formação docente**. 2006. 172 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.
- BONAMINO, A. C. **Tempos de avaliação educacional: O SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.
- \_\_\_\_\_. A; SOUSA, S. Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- BONFIM, Maria Inês do Rego Monteiro. **A formação do trabalhador docente no “capitalismo dos serviços”**. **Endipe**.2009.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html) Acesso em: 01 maio. 2012.
- CALDERÓN, A. I; OLIVEIRA JUNIOR, R. G. SARESP e seus impactos nas unidades escolares: um balanço da produção científica brasileira (1996- 2011). In: VII Reunião a ABAVE – Avaliação e currículo: um diálogo necessário. **Anais**. 2013.
- \_\_\_\_\_. Sistema de avaliação e rendimento escolar do estado de São Paulo: uma abordagem na linha do tempo. **Pesquisa e debate em educação**. Juíz de Fora. v.2, n.2. p. 63-77, 2012.

SANTOS, U.E.,SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Sistema de Avaliação **15** Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP – e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 16. (ISBN: )

CARNEIRO, V. L; ASSUNÇÃO, M. F; BARROS, A. V. Políticas de avaliação e autonomia do trabalho docente na educação básica no Pará. In: **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012, p. 117-132.

CLEMENTE, C. **Os desdobramentos do SARESP no processo curricular e na avaliação interna: uma análise do componente curricular de Matemática**. 2011. Dissertação(Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2011.

FREIRE, Lilian Rose S. Carvalho. **SARESP 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p.965-987, Out., 2007.

GATTI, B. A. Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Olhares**. Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 8 -26. Maio, 2014.

HERNANDES, E. D. K. **Os propósitos e os impactos causados em uma escola da região de Assis pela implantação e pelas mudanças de rumo do SARESP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Marília, 2003.

OLIVEIRA, A.P.M. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 2011. 276f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

ORTIGÃO, M. I R.; SZTAJN, P. Dilemas para a Avaliação: O caso dos Conjuntos no Ensino de Matemática. In: FRANCO, C. (org.) **Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PINTO, A. R. P. **Política pública e avaliação: o SARESP e seus impactos na prática profissional docente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviços Sociais) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RIBEIRO, D. S. **Sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado de São Paulo (SARESP): a educação a serviço do capitalismo**. 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2008.

RODRIGUES, R. F. **Uso e repercussões de resultados do SARESP na opinião de professores da rede estadual paulista**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Resolução SE nº 124, de 13 de novembro de 2001**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação dos Ciclos I e II do Ensino Fundamental, nas escolas da rede estadual de ensino, em 2001.

SCHNEIDER, M. P. Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica. **EccoS– Rev. Cient.**, São Paulo, n. 30, p. 17-33, jan./abr. 2013.

TORRES, R. M. **Educação para todos- A tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.